



ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA E ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

1- OBJETO:

a) REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE LIVROS DIDÁTICOS, DESTINADO AOS ALUNOS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE ITAREMA, CEARÁ.

2- CONTRATANTE:

a) Secretaria de Educação e Desporto

3- JUSTIFICATIVA:

a) A Secretaria de Educação e Desporto vem implementando ações voltadas para a qualidade e o bem-estar das crianças e adolescentes atendidas nas instituições públicas de ensino do Município.

b) A escolha desse material surge como estratégia de Intervenção Pedagógica Interdisciplinar da SME - Secretaria de Educação e Desporto, destinado às turmas do 2º, 5º, 6º, 7º, 8º e 9º das escolas de Ensino Fundamental, abordando a Língua Portuguesa e Matemática.

4- FUNDAMENTO LEGAL:

a) Processo de Licitação na modalidade PREGÃO para REGISTRO DE PREÇOS, na forma PRESENCIAL, em conformidade com a Lei Federal nº 8.666 de 21/06/1993 e suas alterações posteriores; Lei nº 10.520 de 17/07/2002 e suas alterações posteriores; Decreto Federal nº 7.892 de 23/01/2013 e suas alterações posteriores; Decreto Federal nº 9.488, de 30/08/2018; Lei Complementar Nº 123/2006 e suas alterações posteriores e Decreto Municipal nº 004, de 20/02/2017.

5- DOS DOCUMENTOS EXIGIDOS PARA LICITAÇÃO

- a) Cópia da Cédula de Identidade dos sócios da empresa;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor com todos os aditivos devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhada de documentos de eleição de seus administradores;
- c) Alvará de Funcionamento;
- d) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- e) Prova de inscrição no cadastro de **contribuintes estadual (CGF)**, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- f) Prova de inscrição no cadastro de **contribuintes municipal**, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- g) Prova de regularidade fiscal junto à Fazenda Municipal de seu domicílio (**Certidão Negativa de Débitos Municipal**);
- h) Prova de regularidade fiscal junto à Fazenda **Estadual** de seu domicílio;
- i) A comprovação de quitação para com a Fazenda **Federal** deverá ser feita através da Certidão de regularidade de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (**CND**), emitidas pela Receita Federal do Brasil na forma da Portaria Conjunta **RFB/PGFN nº 1.751, de 2 de outubro de 2014**;
- j) Prova de regularidade fiscal junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (**FGTS**);
- k) Certidão Negativa de Débitos **Trabalhistas – CNDT**, conforme art. 29, inc. V da Lei 8.666/93, alterada pela Lei 12.440/1 de 8 de Julho de 2011.



- l) A empresa deverá apresentar **Atestado de Capacidade Técnica**, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado com identificação do assinante e firma reconhecida por cartório competente, comprovando que a LICITANTE forneceu ou está fornecendo produtos compatíveis em características com o objeto da licitação devendo apresentar documento fiscal ou contratual que comprove que o licitante tenha realizado serviços compatíveis com o objeto da presente licitação.
- m) Apresentar Carta de corresponsabilidade do fabricante para o distribuidor garantindo quantitativamente e qualitativamente a entrega dos itens adjudicados neste processo.
- n) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, devidamente registrado na Junta Comercial de origem, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta, devidamente assinados por contabilista registrado no CRC, acompanhado da **Certidão de Regularidade Profissional - CRP**, fornecido pelo respectivo Conselho Regional de Contabilidade, bem como por sócio, gerente ou diretor.
- o) Certidão Negativa de Falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.
- p) Certidão **Específica** da Junta Comercial (histórico de todos os atos), onde será considerado como prazo de validade de 30 (trinta) dias a partir de sua emissão;
- q) Certidão **Simplificada** emitida pela Junta Comercial;

6- PRAZO, LOCAL DE ENTREGA DO PRODUTO

- a) A entrega do produto licitado será na Secretaria de Educação e Desporto, com domicílio a Praça Nossa Senhora de Fátima, nº 48, Centro, Itarema, Ceará, CEP: 62.590-000, no horário de 08h00min as 17h00min, de segunda a quinta-feira e nas sextas de 08h00min as 14h00min, conforme especificações contidas neste Edital e Termo de Referência, de forma parcelada, sendo logo após a emissão da Ordem de Compra, com um prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após a solicitação.

7- ORDENS DE COMPRA e FORNECIMENTO:

- a) O fornecimento dos bens licitados se dará mediante expedição de ORDENS DE COMPRA / AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO, por parte da administração ao licitante vencedor, de acordo com a conveniência e oportunidade administrativa, a necessidade e disponibilidade financeira da Secretaria.
- b) A ordem de compra/autorização de fornecimento emitida conterá o produto pretendido e a respectiva quantidade, devendo ser entregue ao beneficiário no seu endereço físico, ou enviada via fac-símile ao seu número de telefone, ou ainda remetida via e-mail ao seu endereço eletrônico.
- c) Observadas as determinações e orientações constantes da ordem de compra/autorização de fornecimento, o fornecedor deverá fazer a entrega do produto no local, dentro do prazo e horários previstos, oportunidade em que receberá o atesto declarando a entrega dos bens.
- d) Os bens licitados deverão ser entregues no prazo máximo de 10 (dez) dias, a partir das características que se apresentam nos quantitativos discriminados na ORDEM DE COMPRA / AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO pela secretaria;
- e) Para os produtos objeto deste certame, deverá ser emitida Fatura e Nota Fiscal em nome da Prefeitura Municipal de Itarema - CE, com endereço: Praça Nossa Senhora de Fátima, nº 48, Centro, Itarema, Ceará, CEP: 62.590-000, através do Fundo Municipal de Educação, inscrito no CNPJ sob o nº 30.762.095/0001-41.



- f) No caso de constatação da inadequação dos bens fornecidos às normas e exigências especificadas neste Edital e na Carta Proposta vencedora a administração os recusará, devendo ser de imediato ou no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas adequados às supracitadas condições, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis, na forma da lei e deste instrumento.
- g) Em nenhuma hipótese serão concedidas prorrogações de prazo.
- h) Os bens licitados deverão ser entregues, observando rigorosamente as condições contidas no Termo de referência, nos anexos desse instrumento e disposições constantes de sua Carta Proposta, bem ainda às normas vigentes, assumindo o fornecedor a responsabilidade pelo pagamento de todos os impostos, taxas e quaisquer ônus de origem federal, estadual e municipal, bem como, quaisquer encargos judiciais ou extrajudiciais, sejam trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do fornecimento que lhes sejam imputáveis, inclusive com relação a terceiros, e ainda: a reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do fornecimento em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções; responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do fornecimento, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;
- i) Aceitar, nas mesmas condições os acréscimos ou supressões quantitativas que se fizerem no fornecimento, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado, na forma do § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666/93;
- j) A entrega dos produtos deve se efetuar de forma a não comprometer o funcionamento dos serviços do Município.

8. DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

8.1- Da Responsabilidade do Contratado:

- a) Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, impostos, taxas, encargos, royalties, seguros, decorrentes do fornecimento dos produtos, sem qualquer ônus para a Prefeitura Municipal de Itarema.
- a) Manter a compatibilidade com as obrigações assumidas, durante todo o processo do contrato, de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- c) Substituir às suas expensas, todo e qualquer produto em desacordo com as especificações exigidas e padrões de qualidade exigidos, com defeito, vício ou que vier a apresentar problema dentro do prazo de validade.
- d) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrente de sua culpa ou dolo até a execução dos serviços.
- e) Responsabilizar-se pela fiel entrega dos produtos no prazo estabelecido.
- f) Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, na forma do art. 65, parágrafos 1º e 2º da Lei Nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores.
- g) O objeto deverá ser entregue na forma, prazo, locais e horários definidos no Preâmbulo deste Edital.
- h) A entrega dos produtos deve se efetuar de forma a não comprometer o funcionamento dos sistemas, recursos ou deslocamentos. Havendo necessidade de interrupção, esta deverá estar devidamente planejada e ser necessariamente aprovada pelos Secretários Ordenadores de Despesa.

8.2- Da Responsabilidade do Contratante

- a) Indicar o local em que deverão ser entregues os produtos.
- b) Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas neste Termo de Referência.
- b) Designar servidor para a vistoria a entrega dos produtos.



9- DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

- a) O fornecimento dos produtos será acompanhada e fiscalizada por servidor das Secretarias, o qual deverá atestar os documentos da despesa, quando comprovada a fiel e correta entrega para fins de pagamento.
- b) A presença da fiscalização das Secretarias não elide nem diminui a responsabilidade da empresa contratada.
- c) Caberá ao servidor designado rejeitar totalmente ou em parte, qualquer produto que não esteja de acordo com as exigências, bem como, determinar prazo para substituição do item eventualmente fora de especificação.
- d) O fornecimento dos produtos licitados poderá ser feito de forma fracionada ou em sua totalidade, sendo executados mensalmente de acordo com a necessidade do órgão interessado durante o prazo de contratação, mediante a expedição de periódicas ORDENS DE FORNECIMENTO/COMPRAS, pela Secretaria Gestora, constando a quantidade dos serviços e os locais a serem realizados.

10- DA FORMALIZAÇÃO E VIGÊNCIA:

- a) A futura Ata de Registro de Preços produzirá seus jurídicos e legais efeitos a partir data de sua assinatura e vigorará **PELO PRAZO DE 12 (DOZE) MESES**, inadmitindo-se, porém, a prorrogação da vigência dos contratos dela correntes.
- b) As obrigações decorrentes da presente licitação serão formalizadas mediante lavratura da respectiva Ata de Registro de Preços, subscrita pelo Município, através da Secretaria Gestora, representada pela Secretária Ordenadora de Despesa, e o licitante vencedor, que observará os termos do Decreto Federal Nº 7.892 de 23/01/2013 e suas alterações posteriores; Decreto Federal Nº 9.488, de 30/08/2018 e Decreto Municipal Nº 004, de 20/02/2017, deste Termo de Referência e demais normas pertinentes.

11- GESTOR DO CONTRATO

- a) A gestão do Contrato, será exercida por pessoa designada pela Secretaria, o qual deverá exercer em toda sua plenitude a ação de que trata a Lei Nº. 8.666/93, alterada e consolidada.

12- ESPECIFICAÇÃO DOS ITENS E VALOR MÉDIO:

Nº	ESPECIFICAÇÃO	EDITORA	ANO	UND	QUANT TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	LEIO, ESCREVO E CALCULO-MATEMÁTICA - APROVA+. ORGANIZADORA: ÉRICA SANTOS. EDITORA: LIVRO IDEAL. 1ª EDIÇÃO. LIVRO DO ALUNO.	LIVRO IDEAL	2º ANO	UND	570	127,33	72.578,10
2	LEIO, ESCREVO E CALCULO-LÍNGUA PORTUGUESA - APROVA+. ORGANIZADORA: ÉRICA SANTOS. EDITORA: LIVRO IDEAL. 1ª EDIÇÃO. LIVRO DO ALUNO.	LIVRO IDEAL	2º ANO	UND	570	127,33	72.578,10
3	LEIO, ESCREVO E CALCULO-LÍNGUA PORTUGUESA E MATEMÁTICA - APROVA+. ORGANIZADORA: ÉRICA	LIVRO IDEAL	2º ANO	UND	45	170,67	7.680,15



Estado do Ceará
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAREMA



	SANTOS. EDITORA: LIVRO IDEAL. 1ª EDIÇÃO. LIVRO DO PROFESSOR.							
3	AÇÃO E REFLEXÃO (PRODUÇÃO TEXTUAL). AUTOR (A): CARLA FREITAS. ALUNO.	ILLUS	5º ANO	UND	650	187,50	121.875,00	
4	AÇÃO E REFLEXÃO (PRODUÇÃO TEXTUAL). AUTOR (A): CARLA FREITAS. PROFESSOR.	ILLUS	5º ANO	UND	110	187,50	20.625,00	
5	AÇÃO MATEMÁTICA. AUTOR (A): DANIEL BRANDÃO E RAFAEL EUFRÁZIO. ALUNO.	ILLUS	5º ANO	UND	1.300	187,50	243.750,00	
6	AÇÃO MATEMÁTICA. AUTOR (A): DANIEL BRANDÃO E RAFAEL EUFRÁZIO. PROFESSOR.	ILLUS	5º ANO	UND	130	187,50	24.375,00	
7	AÇÃO E REFLEXÃO (PRODUÇÃO TEXTUAL). VOLUME 1. AUTOR (A): CARLA FREITAS. ALUNO.	ILLUS	6º ANO	UND	650	120,37	78.240,50	
8	AÇÃO E REFLEXÃO (PRODUÇÃO TEXTUAL). VOLUME 1. AUTOR (A): CARLA FREITAS. PROFESSOR.	ILLUS	6º ANO	UND	20	120,37	2.407,40	
9	AÇÃO E REFLEXÃO (PRODUÇÃO TEXTUAL). VOLUME 2. AUTOR (A): CARLA FREITAS. ALUNO.	ILLUS	6º ANO	UND	650	120,37	78.240,50	
10	AÇÃO E REFLEXÃO (PRODUÇÃO TEXTUAL). VOLUME 2. AUTOR (A): CARLA FREITAS. PROFESSOR.	ILLUS	6º ANO	UND	20	120,37	2.407,40	
11	AÇÃO E REFLEXÃO (PRODUÇÃO TEXTUAL). VOLUME 3. AUTOR (A): CARLA FREITAS. ALUNO.	ILLUS	7º ANO	UND	685	120,37	82.453,45	
12	AÇÃO E REFLEXÃO (PRODUÇÃO TEXTUAL). VOLUME 3. AUTOR (A): CARLA FREITAS. PROFESSOR.	ILLUS	7º ANO	UND	22	120,37	2.648,14	
13	AÇÃO E REFLEXÃO (PRODUÇÃO TEXTUAL). VOLUME 4. AUTOR (A): CARLA FREITAS. ALUNO.	ILLUS	7º ANO	UND	685	120,33	82.426,05	
14	AÇÃO E REFLEXÃO (PRODUÇÃO TEXTUAL). VOLUME 4. AUTOR (A): CARLA FREITAS.	ILLUS	7º ANO	UND	22	120,33	2.647,26	



Estado do Ceará
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAREMA



	PROFESSOR.							
15	AÇÃO E REFLEXÃO (PRODUÇÃO TEXTUAL). VOLUME 5. AUTOR (A): CARLA FREITAS. ALUNO.	ILLUS	8º ANO	UND	690	120,23	82.958,70	
16	AÇÃO E REFLEXÃO (PRODUÇÃO TEXTUAL). VOLUME 5. AUTOR (A): CARLA FREITAS. PROFESSOR.	ILLUS	8º ANO	UND	22	120,23	2.645,06	
17	AÇÃO E REFLEXÃO (PRODUÇÃO TEXTUAL). VOLUME 6. AUTOR (A): CARLA FREITAS. ALUNO.	ILLUS	8º ANO	UND	690	120,23	82.958,70	
18	AÇÃO E REFLEXÃO (PRODUÇÃO TEXTUAL). VOLUME 6. AUTOR (A): CARLA FREITAS. PROFESSOR.	ILLUS	8º ANO	UND	22	120,23	2.645,06	
19	AÇÃO E REFLEXÃO (PRODUÇÃO TEXTUAL). VOLUME: 7. AUTOR (A): CARLA FREITAS. ALUNO.	ILLUS	9º ANO	UND	660	120,23	79.351,80	
20	AÇÃO E REFLEXÃO (PRODUÇÃO TEXTUAL). VOLUME: 7. AUTOR (A): CARLA FREITAS. PROFESSOR.	ILLUS	9º ANO	UND	75	120,23	9.017,25	
21	AÇÃO E REFLEXÃO (PRODUÇÃO TEXTUAL). VOLUME: 8. AUTOR (A): CARLA FREITAS. ALUNO.	ILLUS	9º ANO	UND	660	120,23	79.351,80	
22	AÇÃO E REFLEXÃO (PRODUÇÃO TEXTUAL). VOLUME: 8. AUTOR (A): CARLA FREITAS. PROFESSOR.	ILLUS	9º ANO	UND	75	120,23	9.017,25	
23	AÇÃO MATEMÁTICA. AUTOR (A): DANIEL BRANDÃO E RAFAEL EUFRÁZIO. ALUNO.	ILLUS	9º ANO	UND	2.035	165,03	335.836,05	
24	AÇÃO MATEMÁTICA. AUTOR (A): DANIEL BRANDÃO E RAFAEL EUFRÁZIO. PROFESSOR.	ILLUS	9º ANO	UND	45	165,03	7.426,35	
VALOR GLOBAL							1.586.140,07	



ANEXO II – PARECER TÉCNICO

Parecer Técnico

Ficha Técnica

COM O LEC-Leio, Escrevo e Calculo-Matemática 2º ano-Aprova+

Organizadora- Érica Santos

Editora-Livro Ideal

Com base na análise feita do livro, Leio, Escrevo e Calculo -Matemática 2º ano-Aprova+ traz uma organização clara e objetiva que relaciona os objetos de conhecimento e habilidades proposta na Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Percebemos que a organização do livro e os conteúdos que compõem foram planejados para, junto à prática pedagógica, serem um meio de conduzir os alunos ao pleno desenvolvimento dos conhecimentos e das competências almejadas para o 2º ano.

Esperamos que o livro possa contribuir para a dinâmica dos atos de aprender e de ensinar, levando à aprendizagens significativas, buscando por meios de atividades práticas a apropriação dos objetos de conhecimento abordados, orientando o aprofundamento dos conteúdos essenciais para o letramento matemática.

GIRLENE ARAÚJO SILVEIRA

(TÉCNICA PEDAGÓGICA DE MATEMÁTICA DO 2º ANO)

ANA VIRGÍNIA DE FREITAS

(TÉCNICA PEDAGÓGICA DE MATEMÁTICA DO 2º ANO)



Parecer Técnico

Ficha Técnica

COM O LEC-Leio, Escrevo e Calculo-Língua Portuguesa 2º ano-Aprova+

Organizadora- Érica Santos

Editora-Livro Ideal

De acordo com a análise feita do livro- Leio, Escrevo e Calculo-Língua Portuguesa 2º ano-Aprova+ podemos identificar que de forma geral o mesmo contempla os eixos elencados na BNCC.

A dinâmica apresentada no livro traz claramente os objetivos abordados em relação aos conteúdos trabalhados de forma igualitária em blocos, facilitando assim uma abordagem com foco na contextualização de forma dinâmica o conteúdo que o aluno do 2º ano precisa aprender.

Concluimos que o livro poderá contribuir para a dinâmica do ato de aprender e de ensinar, levando á aprendizagens significativas, buscando por meios de atividades práticas a apropriação dos objetos de conhecimento abordados, orientando o aprofundamento dos conteúdos essenciais para o processo de alfabetização.

GIRLENE ARAÚJO SILVEIRA

(TÉCNICA PEDAGÓGICA DE LÍNGUA PORTUGUESA DO 2º ANO)

ANA VIRGÍNIA DE FREITAS

(TÉCNICA PEDAGÓGICA DE LÍNGUA PORTUGUESA DO 2º ANO)



PARECER TÉCNICO

FICHA TÉCNICA

NOME DA COLEÇÃO: AÇÃO & REFLEXÃO – PRODUÇÃO ORAL E ESCRITA

AUTORA: CARLA FREITAS

ILUSTRADOR: RUBENS LESSA

EDITORA: ILLUS

SEGMENTO: ENSINO FUNDAMENTAL I – 5º ANO

LOCAL E ANO DA PUBLICAÇÃO: 2019

Diante da fragilidade de algumas crianças, no que se refere ao ensino da Língua Portuguesa este material contribuirá com a prática pedagógica dos professores para a construção do conhecimento e melhoria da aprendizagem dos nossos educandos.

A escolha do livro “*Ação & Reflexão – Produção oral e escrita*”, foi realizada com base na análise do material oferecido, sendo que este contempla as habilidades necessárias para o ensino – aprendizagem de nossos alunos em Língua Portuguesa.

O material analisado apresenta os eixos a serem trabalhados de acordo com a proposta pedagógica do MAIS PAIC e BNCC, contendo questões contextualizadas que facilitam a construção do saber, centraliza-se no estudo de gêneros, análise e interpretação, resgatando a dimensão frutiva da literatura, a partir de gêneros literários, além de priorizar o desenvolvimento de habilidades e competências alinhadas aos descritores trabalhados nas avaliações externas.

Acreditamos que esse material possa contribuir de forma significativa na formação do aluno investigador, que este seja capaz de analisar, compreender e interpretar textos, ideias inseridas em um contexto social capaz de entender o mundo que o cerca.

Sendo assim, sabemos que este material é uma ferramenta indispensável para efetivação e consolidação da aprendizagem em Língua Portuguesa.

Francisco Gomes Neto

FRANCISCO GOMES NETO

(TÉCNICO PEDAGÓGICO RESPONSÁVEL POR LÍNGUA PORTUGUESA 3º AO 5º ANO)

Maria Francilene Jorge

MARIA FRANCILENE JORGE

(TÉCNICA RESPONSÁVEL POR LÍNGUA PORTUGUESA 3º AO 5º ANO)

Itarema, 03 de junho de 2019.



PARECER TÉCNICO

FICHA TÉCNICA

NOME DO LIVRO: AÇÃO MATEMÁTICA

AUTORES: DANIEL BRANDÃO E RAFAEL EUFRAZIO

EDITORA: ILLUS

LOCAL E ANO DA PUBLICAÇÃO: FORTALEZA /2018

Com o intuito de auxiliar os professores e alunos para uma melhoria na aprendizagem foi realizada a escolha do livro Ação matemática do 5º ano para ser utilizados na preparação dos alunos de 5º e do 6º ano do ensino fundamental.

O livro está de acordo com a BNCC, contem questões contextualizadas que facilitam a construção do saber matemático, faz uma predição do conteúdo ao introduzir cada descritor e as unidades temáticas estão relacionadas como os objetivos de conhecimentos e direitos de aprendizagem.

Acreditamos que esse material possa contribuir de forma significativa na formação de aluno investigador, capaz de analisar e compreender contextos e ideias inseridas em situações problemas, viabilizando os conhecimentos matemáticos.

Sendo assim, sabemos que este livro é uma ferramenta indispensável para a efetivação da aprendizagem matemática.

LUIZ LUCIO MARQUES

(TECNICO PEDAGOGICO DE MATEMÁTICA 3º AO 5º ANO)

REGINA SABÓIA DE ALBUQUERQUE

(TECNICA PEDAGOGICA DE MATEMÁTICA 3º AO 5º ANO)



PARECER TÉCNICO DO LIVRO

NOME DO LIVRO: Ação Matemática

AUTORES: Daniel Brandão e Rafael Eufrazio

EDITORA: ILLUS

LOCAL E ANO DA PUBLICAÇÃO: 2018

É um livro que contempla os descritores da Matriz de Referência do SPAECE.

Trata-se de um exemplar que servirá de suporte pedagógico ao professor, no que se refere à preparação dos alunos de 7º, 8º e 9º anos do ensino fundamental em Matemática, para as avaliações externas, por apresentarem um nível de proficiência abaixo do desejado ao longo dos anos. O livro apresenta atividades tanto em exercícios quanto em problemas, estando organizado em nível crescente de dificuldade. Cada tema/descritor é apresentado com itens de avaliações de reconhecido destaque no país.

Além do número significativo de atividades, os conteúdos atendem de forma igualitária quando comparado uns aos outros, alguns de forma diferenciada e outros abordando temáticas do cotidiano.

Diante da qualidade do material acreditamos que, se trabalhado de forma organizada, irá melhorar os índices de proficiência do município.

Maria Cecília Monteiro de Sena Santos

Técnico Pedagógico – Matemática – Fundamental II



PARECER TÉCNICO

Nome da coleção: Ação e Reflexão – PRODUÇÃO ORAL E ESCRITA

Título: Ação e Reflexão - Volume 01 ao 08

Autor: Carla Freitas

Editora: ILLUS

Série: 6º ao 9º ano

Mediante reflexão dos resultados das avaliações externas, como Spaece e Prova Brasil, bem como o acompanhamento sistêmico da Secretaria de Educação junto às escolas no que diz respeito a qualidade da aprendizagem dos discentes principalmente na modalidade do ensino fundamental II, isto é, as turmas de 6º ao 9º ano, detectou-se fragilidades nos eixos de leitura, interpretação e produção textual dentro do aspecto da linguagem. Neste contexto, o município de Itarema preocupado e visando a melhoria dos resultados obtidos pelos educandos, busca estratégias pedagógicas envolvendo atividades complementares como projetos didáticos que possa corrigir possíveis discrepâncias detectadas no processo.

Nesse sentido, feita análise do material de apoio: Ação e Reflexão – Leitura e Produção de textos, da autora Carla Freitas que contempla do 6º ao 9º ano, houve uma concepção de entendimento em que a mesma atende como parte complementar focado nas atividades auxiliares, sendo que esta visa sanar necessidades apresentadas nas séries mencionadas, pois há uma compatibilidade entre os descritores definidos na matriz do Programa Mais Paic. Portanto, vale lembrar que para este ano em curso (2019), o município estará adotando o projeto na sua íntegra no intuito de atender a clientela do 6º ao 9º ano, visto que é a etapa de maior exigência no processo das avaliações externas.

Ressalta-se ainda que o referido material dará suporte para nortear como forma de embasamento metodológico as ações das atividades de rotina e planejamento do professor no *desempenho de uma prática com êxito gerando assim, qualidade na aprendizagem dos educandos.*

JOSÉ ONÉLIO COSTA MARQUES

TÉCNICO-PEDAGÓGICO – LÍNGUA PORTUGUESA – FUNDAMENTAL II



Estado do Ceará
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAREMA



ANEXO III – MINUTA DA PROPOSTA DE PREÇOS

Pregão Presencial Nº ___/___

À Prefeitura Municipal de Itarema
Comissão de Pregão

Razão Social: ___ CNPJ: _____

Endereço: _____ CEP: _____

Fone: _____ Fax: _____

Banco: _____ Agência Nº: _____ Conta Corrente Nº: _____

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE LIVROS DIDÁTICOS, DESTINADO AOS ALUNOS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE ITAREMA, CEARÁ.

Nº	ESPECIFICAÇÃO	EDITORA	ANO	UND	QUANT TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	LEIO, ESCREVO E CALCULO- MATEMÁTICA - APROVA+. ORGANIZADORA: ÉRICA SANTOS. EDITORA: LIVRO IDEAL. 1ª EDIÇÃO. LIVRO DO ALUNO.	LIVRO IDEAL	2º ANO	UND	570		
2	LEIO, ESCREVO E CALCULO- LÍNGUA PORTUGUESA - APROVA+. ORGANIZADORA: ÉRICA SANTOS. EDITORA: LIVRO IDEAL. 1ª EDIÇÃO. LIVRO DO ALUNO.	LIVRO IDEAL	2º ANO	UND	570		
3	LEIO, ESCREVO E CALCULO- LÍNGUA PORTUGUESA E MATEMÁTICA - APROVA+. ORGANIZADORA: ÉRICA SANTOS. EDITORA: LIVRO IDEAL. 1ª EDIÇÃO. LIVRO DO PROFESSOR.	LIVRO IDEAL	2º ANO	UND	45		
3	AÇÃO E REFLEXÃO (PRODUÇÃO TEXTUAL). AUTOR (A): CARLA FREITAS. ALUNO.	ILLUS	5º ANO	UND	650		
4	AÇÃO E REFLEXÃO (PRODUÇÃO TEXTUAL). AUTOR (A): CARLA FREITAS. PROFESSOR.	ILLUS	5º ANO	UND	110		
5	AÇÃO MATEMÁTICA. AUTOR (A): DANIEL BRANDÃO E RAFAEL EUFRÁZIO. ALUNO.	ILLUS	5º ANO	UND	1.300		
6	AÇÃO MATEMÁTICA. AUTOR (A): DANIEL BRANDÃO E RAFAEL	ILLUS	5º ANO	UND	130		

Prefeitura Municipal de Itarema

Praça Nossa Senhora de Fátima, nº 48, Centro, Itarema, Ceará, CEP: 62.590-000

Fone: (0xx88) 3667.1133 | Fax: (0xx88) 3667-1340

CNPJ: 07.663.941/0001-54 | CGF: 06.920.187-0



Estado do Ceará
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAREMA



	EUFRÁZIO. PROFESSOR.							
7	AÇÃO E REFLEXÃO (PRODUÇÃO TEXTUAL). VOLUME 1. AUTOR (A): CARLA FREITAS. ALUNO.	ILLUS	6º ANO	UND	650			
8	AÇÃO E REFLEXÃO (PRODUÇÃO TEXTUAL). VOLUME 1. AUTOR (A): CARLA FREITAS. PROFESSOR.	ILLUS	6º ANO	UND	20			
9	AÇÃO E REFLEXÃO (PRODUÇÃO TEXTUAL). VOLUME 2. AUTOR (A): CARLA FREITAS. ALUNO.	ILLUS	6º ANO	UND	650			
10	AÇÃO E REFLEXÃO (PRODUÇÃO TEXTUAL). VOLUME 2. AUTOR (A): CARLA FREITAS. PROFESSOR.	ILLUS	6º ANO	UND	20			
11	AÇÃO E REFLEXÃO (PRODUÇÃO TEXTUAL). VOLUME 3. AUTOR (A): CARLA FREITAS. ALUNO.	ILLUS	7º ANO	UND	685			
12	AÇÃO E REFLEXÃO (PRODUÇÃO TEXTUAL). VOLUME 3. AUTOR (A): CARLA FREITAS. PROFESSOR.	ILLUS	7º ANO	UND	22			
13	AÇÃO E REFLEXÃO (PRODUÇÃO TEXTUAL). VOLUME 4. AUTOR (A): CARLA FREITAS. ALUNO.	ILLUS	7º ANO	UND	685			
14	AÇÃO E REFLEXÃO (PRODUÇÃO TEXTUAL). VOLUME 4. AUTOR (A): CARLA FREITAS. PROFESSOR.	ILLUS	7º ANO	UND	22			
15	AÇÃO E REFLEXÃO (PRODUÇÃO TEXTUAL). VOLUME 5. AUTOR (A): CARLA FREITAS. ALUNO.	ILLUS	8º ANO	UND	690			
16	AÇÃO E REFLEXÃO (PRODUÇÃO TEXTUAL). VOLUME 5. AUTOR (A): CARLA FREITAS. PROFESSOR.	ILLUS	8º ANO	UND	22			
17	AÇÃO E REFLEXÃO (PRODUÇÃO TEXTUAL). VOLUME 6. AUTOR (A): CARLA FREITAS. ALUNO.	ILLUS	8º ANO	UND	690			
18	AÇÃO E REFLEXÃO (PRODUÇÃO TEXTUAL). VOLUME 6. AUTOR (A):	ILLUS	8º ANO	UND	22			



Estado do Ceará
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAREMA



	CARLA FREITAS. PROFESSOR.							
19	AÇÃO E REFLEXÃO (PRODUÇÃO TEXTUAL). VOLUME: 7. AUTOR (A): CARLA FREITAS. ALUNO.	ILLUS	9º ANO	UND	660			
20	AÇÃO E REFLEXÃO (PRODUÇÃO TEXTUAL). VOLUME: 7. AUTOR (A): CARLA FREITAS. PROFESSOR.	ILLUS	9º ANO	UND	75			
21	AÇÃO E REFLEXÃO (PRODUÇÃO TEXTUAL). VOLUME: 8. AUTOR (A): CARLA FREITAS. ALUNO.	ILLUS	9º ANO	UND	660			
22	AÇÃO E REFLEXÃO (PRODUÇÃO TEXTUAL). VOLUME: 8. AUTOR (A): CARLA FREITAS. PROFESSOR.	ILLUS	9º ANO	UND	75			
23	AÇÃO MATEMÁTICA. AUTOR (A): DANIEL BRANDÃO E RAFAEL EUFRÁZIO. ALUNO.	ILLUS	9º ANO	UND	2.035			
24	AÇÃO MATEMÁTICA. AUTOR (A): DANIEL BRANDÃO E RAFAEL EUFRÁZIO. PROFESSOR.	ILLUS	9º ANO	UND	45			
VALOR GLOBAL								1.586.140,07

Valor da Proposta: (valor por extenso)

Validade da Proposta: 60 (sessenta) dias.

O licitante declara que, nos valores apresentados acima, estão inclusos todos os tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamentos de pessoal, custos, demais despesas que possam incidir sobre o fornecimento licitado, inclusive a margem de lucro.

Local e data

Carimbo da empresa/Assinatura do responsável

4



ANEXO IV - MODELOS DE DECLARAÇÕES / PROCURAÇÃO

1º Modelo de Declaração – CREDENCIAMENTO

DECLARAÇÃO

(NOMINA E QUALIFICA O FORNECEDOR), DECLARA, para os devidos fins de direito, especialmente para fins de prova em processo licitatório, junto ao Município de Itarema, Estado do Ceará, que tem Pleno Conhecimento, de Aceitação e de Atendimento às Exigências quanto à proposta e à habilitação previstas no Edital.

Pelo que, por ser a expressão da verdade, firma a presente, sob as penas da Lei.

..... (UF), de 2019.

.....
DECLARANTE

2º Modelo de Declaração – CREDENCIAMENTO

DECLARAÇÃO

(NOMINA E QUALIFICA O FORNECEDOR), DECLARA, para os devidos fins de direito, especialmente para fins de prova em processo licitatório, junto ao Município de Itarema, Estado do Ceará, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, conforme disposto no inciso VII do artigo 4º da Lei 10.520/02.

Pelo que, por ser a expressão da verdade, firma a presente, sob as penas da Lei.

..... (UF), de 2019.

.....
DECLARANTE



3º Modelo de Declaração – CREDENCIAMENTO

**DECLARAÇÃO PARA MICRO EMPRESA
E EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

(Nome/Razão Social), inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal, o (a) Sr (a) _____, portado (a) da Carteira de Identidade nº _____ e CPF nº _____, DECLARA, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, ser microempresa ou empresa de pequeno porte nos termos da legislação vigente, não possuindo nenhum dos impedimentos previstos no §4 do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/06.

_____ (UF), _____ de _____ de 2019.

(Representante Legal)

4º Modelo de Declaração - Habilitação:

DECLARAÇÃO

(NOMINA E QUALIFICA O FORNECEDOR), DECLARA, para os devidos fins de direito, especialmente para fins de prova em processo licitatório, junto ao Município de Itarema, Estado do Ceará, sob as penalidades cabíveis, que inexistente qualquer fato superveniente impeditivo de nossa habilitação para participar no presente certame licitatório, bem assim que ficamos ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, nos termos do art.32, §2º, da Lei n.º 8.666/93.

Pelo que, por ser a expressão da verdade, firma a presente, sob as penas da Lei.

..... (UF), de 2019.

(Representante Legal)



5º Modelo de Declaração – Habilitação

DECLARAÇÃO

(NOMINA E QUALIFICA O FORNECEDOR), DECLARA, para os devidos fins de direito, especialmente para fins de prova em processo licitatório, junto ao Município de Itarema, Estado do Ceará, que expressa integral concordância e tem conhecimento de todos os parâmetros e elementos do produto a ser ofertado e que sua proposta atende integralmente aos requisitos deste edital e seus anexos.

Pelo que, por ser a expressão da verdade, firma a presente, sob as penas da Lei.

..... (UF), de 2019.

.....
DECLARANTE

6º Modelo de Declaração – Habilitação

DECLARAÇÃO

(NOMINA E QUALIFICA O FORNECEDOR), DECLARA, para os devidos fins de direito, especialmente para fins de prova em processo licitatório, junto ao Município de Itarema, Estado do Ceará, que, em cumprimento ao estabelecido na Lei nº 9.854, de 27/10/1999, publicada no DOU de 28/10/1999, e ao inciso XXXIII, do artigo 7º, da Constituição Federal, não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem emprega menores de 16 (dezesesseis) anos em trabalho algum, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

Pelo que, por ser a expressão da verdade, firma o presente, sob as penas da Lei.

..... (UF), de 2019.

.....
DECLARANTE



7º Modelo - Procuração:

PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: <NOME DA EMPRESA, CNPJ e ENDEREÇO> neste ato representada por seu (titular, sócio, diretor ou representante), Sr.< NOME>, qualificação (nacionalidade, estado civil, profissão, RG e CPF).

OUTORGADO: <NOME DO CREDENCIADO> qualificação (nacionalidade, estado civil, profissão, RG, CPF e endereço).

PODERES: O outorgante confere ao outorgado (a) pleno e gerais poderes para representá-lo junto ao Município de Itarema, Estado do Ceará, relativo ao pregão promovido através do Edital nº ____/____, podendo o mesmo, assinar propostas, atas, entregar durante o procedimento os documentos de credenciamento, envelopes de proposta de preços e documentos de habilitação, assinar toda a documentação necessária, como também formular ofertas e lances verbais de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame em nome da Outorgante que se fizerem necessários ao fiel cumprimento deste mandato, inclusive interpor recursos, ciente de que por força do artigo 675 do Código Civil está obrigado a satisfazer todas as obrigações contraídas pelo outorgado.

..... (UF), de de

.....
OUTORGANTE



ANEXO V - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° _____
PREGÃO PRESENCIAL SRP N° 028/2019-E
VALIDADE: 12(DOZE) MESES.

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE ITAREMA - CE**, pessoa jurídica de direito público interno, com endereço na Praça Nossa Senhora de Fátima, 48 – Centro – CEP 62.590-000 – Itarema – CE, inscrito no CNPJ sob o n° _____, através da **SECRETARIA DE _____**, inscrito no CNPJ sob o n° 30.762.095/0001-41, neste ato representada pelo respectivo Secretário, Sr. _____, considerando o julgamento da licitação na modalidade de **PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS N° 028/2019-E-SRP**, bem como, a classificação das propostas, e a respectiva homologação datada de _____, **RESOLVE** registrar os preços das empresas signatárias, nas quantidades estimadas e máximas anuais, de acordo com a classificação por elas alcançadas por LOTE, atendendo às condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, em conformidade com as disposições a seguir.

CLAUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL

O presente instrumento fundamenta-se:

- a) No Pregão Presencial n° 028/2019-E
- b) Nos termos do Decreto Federal N° 7.892 de 23/01/2013 e suas alterações posteriores; Decreto Federal N° 9.488, de 30/08/2018 e Decreto Municipal N° 004, de 20/02/2017, deste Termo de Referência e demais normas pertinentes.
- c) Na Lei Federal n° 8.666, de 21.6.93 e suas alterações posteriores e Lei 10.520/02 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1. Constitui objeto da presente Ata o **REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE LIVROS DIDÁTICOS, DESTINADO AOS ALUNOS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE ITAREMA, CEARÁ**, tudo conforme especificações contidas no **TERMO DE REFERÊNCIA** constante do Anexo I do Edital, do processo licitatório Pregão Presencial n° 028/2019-E, no qual restaram classificados em primeiro lugar por lote os licitantes signatários.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A presente Ata terá validade de **12 (DOZE) meses**, contados a partir de sua assinatura, improrrogável.

CLÁUSULA QUARTA – DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. O gerenciamento deste instrumento caberá a Secretaria de Educação e Desporto do município, através de seu Secretário, no seu aspecto operacional.

CLÁUSULA QUINTA– DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS



5.1. Os preços registrados da execução dos serviços, a especificação dos produtos/serviços, os quantitativos, marcas, empresas fornecedoras e representante legal, encontram-se elencados no ANEXO III da presente ata, em ordem de classificação das propostas por ITEM.

CLÁUSULA SEXTA - DO(S) LOCAL(IS) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO

6.1. Os Produtos licitados deverão ser entregues de acordo com solicitações expedida pelo setor responsável.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

7.1. As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas no instrumento convocatório, nesta ata e seus Anexos, e na legislação pertinente.

7.2. As contratações dos serviços registrados neste instrumento serão efetuadas através de Ordem de Compra, emitida pela Administração Municipal, contendo: o nº da Ata, o nome da empresa, o objeto da licitação, a especificação, as obrigações da contratada, o endereço e a data de entrega.

7.3. Poderão também ser firmados termos de contratos decorrentes desta Ata de Registro de Preços, que serão tratados de forma autônoma e se submeterão igualmente a todas as disposições constantes da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores, inclusive quanto às prorrogações, alterações e rescisões.

7.4. Este instrumento não obriga o MUNICÍPIO a firmar qualquer contratação, nem mesmo nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para os serviços objeto desta licitação, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento do serviço, em igualdade de condições.

7.5. Se o fornecedor com preço registrado em primeiro lugar recusar-se a assinar a Ordem de Compra, sem prejuízo das respectivas sanções aplicáveis, poderão ser convocados os demais fornecedores classificados na licitação, respeitadas as condições de fornecimento, os preços e os prazos do primeiro classificado.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO, DO REAJUSTE

8.1- Por ocasião da execução do fornecimento a Contratada deverá emitir Nota Fiscal até o quinto dia útil do mês subsequente ao da prestação do serviço, e deverá ser entregue a contratante, acompanhado de recibo em 02 (duas) vias.

8.2- A Fatura e Nota Fiscal deverá ser emitidas em nome da Prefeitura Municipal de Itarema, através do Fundo Municipal de Educação, inscrito no CNPJ sob o nº 30.762.095/0001-41, com endereço na Praça Nossa Senhora de Fátima, 48, Centro, CEP 62.590-000, Itarema, Ceará.

8.3- O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega do objeto do contrato, mediante emissão da Nota Fiscal/Fatura, devendo a contratada apresentar a documentação necessária.

8.4- Caso for constatada alguma irregularidade nas notas fiscais, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

8.5- Os pagamentos encontram-se ainda condicionados à apresentação dos seguintes documentos: Documentação relativa à regularidade para as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), e a Justiça do Trabalho.

8.6- Constatada a situação de irregularidade junto à fazenda pública, a CONTRATADA será comunicada para que regularize sua situação, no prazo estabelecido pelo Município, sendo-lhe facultada a apresentação de defesa no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das



penalidades cabíveis.

8.7 - Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

8.8. Os preços registrados na presente ata não serão objeto de reajuste antes de decorridos 01 (um) ano de seu registro, a não ser com justificativa aceitável, hipótese na qual poderá ser utilizado o índice IGP-M da Fundação Getúlio Vargas.

8.9. Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, poderá, mediante procedimento administrativo onde reste demonstrada tal situação, e antes de recebida a ordem de compra, ser restabelecida a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração do fornecimento do serviço, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na forma do artigo 65, II, "d" da Lei Federal n.º 8.666/93, alterada e consolidada.

8.10. Os preços registrados que sofrerem reajuste/reequilíbrio não ultrapassarão aos preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

8.11. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o MUNICÍPIO solicitará ao Fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo único.

8.12. Fracassada a negociação com o primeiro colocado o MUNICÍPIO convocará as demais empresas com preços registrados para o item, se for o caso, ou ainda os fornecedores classificados, respeitado as condições de fornecimento, os preços e os prazos do primeiro classificado, para redução do preço; hipótese em que poderá ocorrer alterações na ordem de classificação das empresas com preço registrado.

8.13. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo Setor de Compras da Prefeitura Municipal de ITAREMA-CE.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

9.1. São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta Ata e no Termo de Referência - Anexo I ao edital:

a) Executar o objeto observando rigorosamente o cumprimento das responsabilidades, encargos, prazos e especificações técnicas e em conformidade com as condições do edital e seus anexos, do contrato e das demais cominações legais;

b) Dar início à execução do fornecimento conforme estabelecido na Ordem de Fornecimento/Compra expedida pela CONTRATANTE;

c) Aceitar nas mesmas condições deste instrumento, os acréscimos que se fizerem nas compras, de até 25% (vinte e cinco por cento) da(s) quantidade(s) máximas do(s) material(is) no Anexo II, de acordo com o art. 65, p. 1º da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, não sendo necessária a comunicação prévia do Município; aceitar, nas mesmas condições registradas, os acréscimos ou supressões que se fizerem no fornecimento, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, na forma do § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores;

d) Executar os serviços de forma a não comprometer o funcionamento dos serviços do MUNICÍPIO;



- e) Executar os serviços na data e horário discriminados, a execução dos serviços que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado.
- e) Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo MUNICÍPIO, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao MUNICÍPIO, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do contrato;
- f) Dispor-se a toda e qualquer fiscalização do MUNICÍPIO, no tocante ao fornecimento do material, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta Ata;
- g) Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade da execução dos serviços, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;
- h) comunicar imediatamente ao MUNICÍPIO qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;
- i) Possibilitar ao MUNICÍPIO efetuar vistoria nas suas instalações físicas, a fim de verificar as condições para atendimento do objeto contratual;
- j) Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e Educação e Desporto no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;
- l) Manter, sob as penas da lei, o mais completo e absoluto sigilo sobre quaisquer dados, informações, documentos, especificações técnicas e comerciais dos materiais do MUNICÍPIO, de que venha a tomar conhecimento ou ter acesso, ou que venham a ser confiados, sejam relacionados ou não com o fornecimento objeto desta ata;
- m) Manter seus empregados, quando da execução do serviço, devidamente identificados com crachá subscrito pela CONTRATADA, no qual constará, no mínimo, sua razão social, nome completo do empregado e fotografia 3x4;
- n) Manter, durante a vigência desta Ata, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital relativo à licitação da qual decorreu o presente ajuste, nos termos do Art.55, Inciso XIII, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, que será observado, quando dos pagamentos à CONTRATADA;

9.2. São responsabilidades do Fornecedor ainda:

- a) Toda e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo o MUNICÍPIO de qualquer solidariedade ou responsabilidade;
- b) Toda e qualquer multa, indenização ou despesa imposta ao MUNICÍPIO por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução do serviço, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas ao MUNICÍPIO, que ficará de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido ao fornecedor, o valor correspondente.

9.2.1. O fornecedor detentor do registro autoriza o MUNICÍPIO a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

9.2.2. A ausência ou omissão da fiscalização do MUNICÍPIO não eximirá o fornecedor das responsabilidades previstas nesta Ata.



9.3. A falha na execução do serviço, cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto deste contrato e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;

CLÁUSULA DEZ - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

10.1. O MUNICÍPIO obriga-se a:

- a) Solicitar a execução do objeto à contratada através de Ordem de Fornecimento/Compra ou outro instrumento hábil
- b) Promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.
- c) Solicitar a execução do objeto à contratada através de Nota de Empenho ou outro instrumento hábil.
- d) Proporcionar à contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do objeto contratual, consoante estabelece a Lei no 8.666/1993 e suas alterações posteriores.
- e) Fiscalizar a execução do objeto contratual através de sua unidade competente, podendo, em decorrência, solicitar providências da contratada, que atenderá ou justificará de imediato.
- f) Notificar a contratada de qualquer irregularidade decorrente da execução do objeto contratual.
- g) Efetuar os pagamentos devidos à contratada nas condições estabelecidas neste Termo.
- h) Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a CONTRATADA;
- i) Aplicar as penalidades previstas em lei e neste instrumento.
- j) Notificar a CONTRATADA por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;
- l) Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas nesta ata.
- m) Aplicar as sanções administrativas contratuais pertinentes, em caso de inadimplemento.

CLÁUSULA ONZE – DA ALTERAÇÃO DA ATA

11.1. A presente ata de registro de preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993 e suas alterações posteriores e as disposições do Decreto Municipal nº 004, de 20/02/2017.

CLÁUSULA DOZE – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

12.1.1. Pelo MUNICÍPIO:

- a) Quando o fornecedor descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) Quando o fornecedor não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) Quando o Fornecedor não assinar a Ordem de Compra no prazo estabelecido;
- d) Quando o fornecedor não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- e) Quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa da Ordem de Compra decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I ao XII e XVII do artigo 78 da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, exceto inciso VI, uma vez que a subcontratação é permitida.



f) Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Ordem de Compra decorrente deste Registro;

12.1.2. pelo FORNECEDOR:

- a) Mediante solicitação por escrito, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços;
- b) Quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses contidas no art. 78, incisos XIV, XV e XVI, da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores.

12.2. O procedimento de rescisão observará os ditames previstos nos artigos 79 e 80 da Lei de Licitações.

12.3. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

12.4. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação através de afixação no flanelógrafo da Prefeitura Municipal de ITAREMA-CE e/ou em Jornal de Circulação Local, pelo menos uma vez, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

12.5. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo Município, facultando-se à esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas nesta Ata.

12.5.1. Não poderá haver cancelamento do registro enquanto pendente a entrega de ordem de fornecimento já emitida.

12.6. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do Item.

12.7 Caso o MUNICÍPIO não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA TREZE - DAS PENALIDADES

13.1. Na hipótese de descumprimento, por parte do fornecedor, de qualquer das obrigações definidas neste instrumento, ou em outros documentos que o complementem, serão aplicadas, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 8.666/93, alterada e consolidada, as seguintes penas:

13.1.1. Se o fornecedor ensejar o retardamento da entrega de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do fornecimento, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o Município de Itarema e será descredenciado no Cadastro da Prefeitura de Itarema pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo de aplicação das seguintes multas e das demais cominações legais:

I- multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do registro de preços:

- a) Apresentar documentação falsa exigida;
- b) Não manter a proposta;
- c) Fraudar na execução do contrato;
- d) Comportar-se de modo inidôneo;

13.1.2- Multa moratória de 0,5% (meio por cento) do valor do pedido, por dia de atraso na entrega de qualquer objeto registrado solicitado, contados do recebimento da ordem de compra/autorização de



fornecimento no endereço constante do cadastro ou da Ata, até o limite de 15% (quinze por cento) sobre o valor do pedido, caso seja inferior a 30 (trinta) dias;

13.1.3- Multa moratória de 20% (vinte por cento) sobre o valor do pedido, na hipótese de atraso superior a 30 (trinta) dias no fornecimento do bem requisitado;

13.2- Na hipótese de ato ilícito, outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento do fornecimento/entrega dos bens, às atividades da administração, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave, ou descumprimento por parte do licitante de qualquer das obrigações definidas neste instrumento, na Ata de Registro de Preços, no contrato ou em outros documentos que o complementem, não abrangidas nos sub itens anteriores, serão aplicadas, sem prejuízo das demais sanções previstas na Lei nº 8.666/93, alterada e consolidada, e na Lei nº 10.520/02, as seguintes penas:

13.2.1- Advertência;

13.2.2- Multa de 1% (um por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor objeto da requisição, ou do valor global máximo da ata ou do contrato, conforme o caso;

13.3. O valor da multa aplicada deverá ser recolhido ao Tesouro Municipal no prazo de 5 (cinco) dias a contar da notificação ou decisão do recurso, por meio de Documento de Arrecadação Municipal – DAM.

13.3.1. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que o licitante fizer jus.

13.3.2. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito do licitante, o valor devido será cobrado administrativamente ou inscrito como Dívida Ativa do Município e cobrado mediante processo de execução fiscal, com os encargos correspondentes.

13.4. As partes se submeterão ainda às demais sanções impostas nos artigos 86 a 88 da Lei Federal nº 8.666/93, alterada e consolidada e no instrumento convocatório.

13.5. A falta de material não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá a CONTRATADA das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas neste contrato.

CLÁUSULA QUATORZE - DOS ILÍCITOS PENAIIS

14.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores será objeto de processo judicial, na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA QUINZE - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.1. As despesas decorrentes das contratações, oriundas da presente Ata, correrão à conta de dotações orçamentárias consignadas nos respectivos orçamentos municipais vigentes, em favor das Secretarias Municipais interessadas, à época da expedição das competentes ordens de compra/autorizações de fornecimento.

CLÁUSULA DEZESSEIS - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

16.1.1. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.



16.1.2. Integram esta Ata os seus anexos, o Edital de Pregão Presencial que lhe deu origem e seus anexos, e as propostas das empresas classificadas por lote.

16.1.3. É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização do MUNICÍPIO.

16.2. O CONTRATANTE se reserva o direito de fazer uso de qualquer das prerrogativas dispostas no artigo 58 da Lei n.º 8.666/93, alterada e consolidada.

16.3. A inadimplência do fornecedor com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere ao MUNICÍPIO a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso dos bens pela Administração.

16.4. O contratado, na execução do fornecimento, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, não poderá subcontratar partes do contrato sem a expressa autorização da Administração.

CLÁUSULA DEZESSETE - DO FORO

17.1. O foro da Comarca de ITAREMA é o competente para dirimir questões decorrentes da execução deste Contrato, em obediência ao disposto no § 2º do artigo 55 da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, alterada e consolidada.

Assim pactuadas, as partes firmam a presente ata de registro de preços, na presença de 02 (duas) testemunhas que também o assinam, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

ITAREMA-Ce, ____ de ____ de _____.

MUNICÍPIO DE ITAREMA

<NOME DO SECRETÁRIO GESTOR>

Secretário de <Secretaria>

EMPRESAS DETENTORAS DO REGISTRO DE PREÇOS

<NOME DA EMPRESA>

<NOME DO REPRESENTANTE>

TESTEMUNHAS:

1. _____ CPF N° _____

2. _____ CPF N° _____



ANEXO I - RELAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS INTERESSADAS

I. SECRETARIA DE

SECRETARIO:

X



ANEXO II - RELAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DOS FORNECEDORES

01. RAZÃO SOCIAL:

CNPJ:

ENDEREÇO:

TELEFONE: FAX:

REPRESENTANTE: RG: CPF:

BANCO:

AGÊNCIA:

CONTA CORRENTE:



**ANEXO III - REGISTRO DE PREÇOS UNITÁRIOS ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS,
QUANTITATIVOS E EMPRESAS FORNECEDORAS.**

DATA: __/__/__

Este documento é parte integrante da Ata de Registro de Preços nº, celebrada entre o MUNICÍPIO DE ITAREMA e as Empresas cujos preços estão a seguir registrados por lote, em face à realização do Pregão

OBJETO:

ESPECIFICAÇÃO	QUANT.	PREÇO UNITÁRIO

REPRESENTANTE LEGAL:

[RELACIONAR TODOS OS ITENS DO PREGÃO



ANEXO VI - MINUTA DO TERMO CONTRATO N.º/2019

CONTRATO QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE ITAREMA ATRAVÉS DA SECRETARIA DE _____, COM A EMPRESA _____, PARA O FIM QUE A SEGUIR SE DECLARA.

O Município de ITAREMA, pessoa jurídica de direito público interno, através da SECRETARIA DE _____, em sua sede na Praça Nossa Senhora de Fátima, 48, Centro, Cep 62.590-000, Itarema, Ce, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º _____, através do Fundo Municipal de Educação, inscrito no CNPJ sob o n.º 30.762.095/0001-41, neste ato representado pela Secretária de _____ Sr(a). _____, doravante denominado de CONTRATANTE, no final assinado, e do outro lado, a Empresa _____, com sede na _____, inscrita no CNPJ/MF n.º _____, representada pelo Sr. _____, inscrito no CPF/MF n.º _____, no final assinado, doravante denominada de CONTRATADO(A), resolvem celebrar o presente Contrato, decorrente da **Ata de Registro de Preços n.º _____**, proveniente da licitação na modalidade de **Pregão Presencial n.º 028/2019-E, para Registro de Preços**, conforme descrito no Edital e seus Anexos, que reger-se-á pelas disposições da Lei n.º 8.666, de 21/06/1993 e alterações posteriores – Lei de Licitações, da Lei Federal n.º 10.520, de 17/07/2002 – Lei que Regulamenta o Pregão, Lei Complementar 123/2006 e suas alterações posteriores, Assim como Decreto Federal n.º 7.892 de 23 de janeiro de 2013, e suas posteriores alterações e Decreto Municipal n.º 004, de 20/02/2017 e demais normas pertinentes e pelas Cláusulas seguintes:

01 – CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – O presente contrato objetiva o REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE LIVROS DIDÁTICOS, DESTINADO AOS ALUNOS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE ITAREMA, CEARÁ, conforme descrito no Anexo I – Termo de Referência e Especificação do Objeto, do Pregão Presencial n.º 028/2019-E, e na Proposta da Contratada.

02 – CLAUSULA SEGUNDA - DO FORNECIMENTO

2.1- O fornecimento dos bens licitados se dará mediante expedição de ORDENS DE COMPRA / AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO, por parte da administração ao licitante vencedor, de acordo com a conveniência e oportunidade administrativa, a necessidade e disponibilidade financeira das Secretarias.

2.2- A ordem de compra/autorização de fornecimento emitida conterá o produto pretendido e a respectiva quantidade, devendo ser entregue ao beneficiário no seu endereço físico, ou enviada via fac-símile ao seu número de telefone, ou ainda remetida via e-mail ao seu endereço eletrônico.

2.3- Observadas as determinações e orientações constantes da ordem de compra/autorização de fornecimento, o fornecedor deverá fazer a entrega do produto no local, dentro do prazo e horários previstos, oportunidade em que receberá o atesto declarando a entrega dos bens.

2.4- O aceite dos produtos pelo órgão recebedor não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vício de quantidade, qualidade ou disparidade com as especificações estabelecidas no Anexo I deste Edital quanto aos produtos entregues.



- 2.5- Os bens licitados deverão ser entregues no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a partir das características que se apresentam nos quantitativos discriminados na ORDEM DE COMPRA / AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO pela secretaria;
- 2.6- Para os produtos objeto deste certame, deverá ser emitida Fatura e Nota Fiscal em nome da Prefeitura Municipal de Itarema - CE, com endereço: Praça Nossa Senhora de Fátima, nº 48, Centro, Itarema, Ceará, CEP: 62.590-000, através do Fundo Municipal de Educação, inscrito no CNPJ sob o nº 30.762.095/0001-41.
- 2.7- No caso de constatação da inadequação dos bens fornecidos às normas e exigências especificadas neste Edital e na Carta Proposta vencedora a administração os recusará, devendo ser de imediato ou no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas adequados às supracitadas condições, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis, na forma da lei e deste instrumento.
- 2.8- Em nenhuma hipótese serão concedidas prorrogações de prazo.
- 2.9- Os produtos deverão ser entregues dentro do prazo de validade, devendo, no ato da entrega, possuir a data de fabricação não inferior a 80% (oitenta por cento) da expiração do seu prazo de validade final.
- 2.10- Os bens licitados deverão ser entregues, observando rigorosamente as condições contidas no Termo de referência, nos anexos desse instrumento e disposições constantes de sua Carta Proposta, bem ainda às normas vigentes, assumindo o fornecedor a responsabilidade pelo pagamento de todos os impostos, taxas e quaisquer ônus de origem federal, estadual e municipal, bem como, quaisquer encargos judiciais ou extrajudiciais, sejam trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do fornecimento que lhes sejam imputáveis, inclusive com relação a terceiros, e ainda: a reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do fornecimento em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções; responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do fornecimento, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;
- 2.11- Aceitar, nas mesmas condições os acréscimos ou supressões quantitativas que se fizerem no fornecimento, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado, na forma do § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666/93;
- 2.12- A entrega dos produtos deve se efetuar de forma a não comprometer o funcionamento dos serviços do Município.

03 – CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1 - O objeto contratual tem o valor de R\$... (...), a ser pago em até 30 (trinta) dias, através de crédito em conta corrente mantida pelo fornecedor, após o encaminhamento da documentação, obedecido o constante no Preâmbulo do Edital de Pregão, conforme tabela contendo especificações, quantitativos e valores que segue:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

3.2- Por ocasião da execução do fornecimento a Contratada deverá emitir Nota Fiscal até o quinto dia útil do mês subsequente ao da prestação do serviço, e deverá ser entregue a contratante, acompanhado de recibo em 02 (duas) vias.



3.3- A Fatura e Nota Fiscal deverá ser emitidas em nome da Prefeitura Municipal de Itarema, através do Fundo Municipal de Educação, inscrito no CNPJ sob o nº 30.762.095/0001-41, com endereço na Praça Nossa Senhora de Fátima, 48, Centro, CEP 62.590-000, Itarema, Ceará.

3.4- O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega do objeto do contrato, mediante emissão da Nota Fiscal/Fatura, devendo a contratada apresentar a documentação necessária.

3.5- Caso for constatada alguma irregularidade nas notas fiscais, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

3.6- Os pagamentos encontram-se ainda condicionados à apresentação dos seguintes documentos: Documentação relativa à regularidade para as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), e a Justiça do Trabalho.

3.7- Constatada a situação de irregularidade junto à fazenda pública, a CONTRATADA será comunicada para que regularize sua situação, no prazo estabelecido pelo Município, sendo-lhe facultada a apresentação de defesa no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis.

3.8- Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

4.0 – CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E PRAZO

4.1 – O presente Contrato terá vigência a partir de sua assinatura, tendo validade até o fornecimento total dos ITENS, não podendo ultrapassar o prazo até 31 de Dezembro do ano de exercício financeiro, podendo ser prorrogável no interesse das partes até o máximo previsto em Lei.

5.0 – CLAUSULA QUINTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. As despesas decorrentes da execução do objeto do contrato correrão a cargo das seguintes dotações orçamentárias: _____

6.0 – CLAUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

6.1 - Além das obrigações resultantes da observância da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores são obrigações da **CONTRATADA**:

- a)** Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, impostos, taxas, encargos, royalties, seguros, decorrentes do fornecimento dos produtos, sem qualquer ônus para a Prefeitura Municipal de Itarema.
- a)** Manter a compatibilidade com as obrigações assumidas, durante todo o processo do contrato, de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- c)** Substituir às suas expensas, todo e qualquer produto em desacordo com as especificações exigidas e padrões de qualidade exigidos, com defeito, vício ou que vier a apresentar problema dentro do prazo de validade.
- d)** Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrente de sua culpa ou dolo até a execução dos serviços.
- e)** Responsabilizar-se pela fiel entrega dos produtos no prazo estabelecido.
- f)** Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, na forma do art. 65, parágrafos 1º e 2º da Lei Nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores.
- g)** O objeto deverá ser entregue na forma, prazo, locais e horários definidos no Preâmbulo deste Edital.



h) A entrega dos produtos deve se efetuar de forma a não comprometer o funcionamento dos sistemas, recursos ou deslocamentos. Havendo necessidade de interrupção, esta deverá estar devidamente planejada e ser necessariamente aprovada pelos Secretários Ordenadores de Despesa.

6.2 - Além das obrigações resultantes da observância da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, são obrigações da **CONTRATANTE**:

- a) Indicar o local em que deverão ser entregues os produtos.
- b) Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas neste Termo de Referência.
- b) Designar servidor para a vistoria a entrega dos produtos.

7.0 – CLAUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO

7.1 - O presente instrumento poderá ser rescindido por iniciativa de qualquer uma das partes, mediante notificação de no mínimo 10 (dez) dias de antecedência.

7.1.1- Constituem motivos para rescisão sem indenização:

- a) O descumprimento de qualquer das cláusulas deste Contrato;
- b) A subcontratação total ou parcial do seu objeto;
- c) O comprometimento reiterado de falta na sua execução;
- d) A decretação de falência ou insolvência civil;
- e) A dissolução da sociedade ou falecimento de todos os sócios;
- f) Razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, devidamente justificadas pela máxima autoridade da Administração e exarada no processo administrativo a que se refere o Contrato;
- g) ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada impeditiva da execução do contrato.

7.2- É direito da Administração, em caso de rescisão administrativa, usar das prerrogativas do art. 77 da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores.

7.3- É direito da CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa nos casos de rescisão por parte da administração.

8.0 - CLÁUSULA OITAVA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL DA LICITAÇÃO

8.1 – O presente Contrato foi firmado com base nos artigos 54 e 55 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores e no Pregão Presencial nº 028/2019-E.

9.0 - CLÁUSULA NONA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A ESTE CONTRATO E AOS CASOS OMISSOS

9.1 – As partes declaram-se sujeitas às disposições da Lei Federal 8.666/93 e todas as suas alterações, que será aplicada em sua plenitude a este Contrato, bem como aos casos omissos resultantes desta pactuação.

10.0 – CLAUSULA DÉCIMA – DAS SANÇÕES E PENALIDADES

10.1- O licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até 02 (dois) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria



Estado do Ceará
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAREMA



autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas no edital e no termo de contrato e das demais cominações legais.

10.2- A Contratada ficará, ainda, sujeita às seguintes penalidades, em caso de inexecução total ou parcial do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, garantida a prévia defesa:

I – advertência, sanção de que trata o inciso I do art. 87, da Lei n.º 8.666/93, poderá ser aplicada nos seguintes casos:

- a) descumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas na licitação;
- b) outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento das obrigações da Contratante, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

II – multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Federais, por meio de Documento de Arrecadação Municipal – DAM, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante);

- a) de 1% (um por cento) sobre o valor contratual total do exercício, por dia de atraso na entrega do objeto ou indisponibilidade do mesmo, limitada a 10% do mesmo valor;
- b) de 2% (dois por cento) sobre o valor contratual total do exercício, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada nas demais alíneas deste inciso, aplicada em dobro na reincidência;
- c) de 5% (cinco por cento) do valor contratual total do exercício, pela recusa em corrigir qualquer produto rejeitado, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 05 (cinco) dias que se seguirem à data da comunicação formal da rejeição;

III – suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Itarema, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, depois do ressarcimento à Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

10.3- No processo de aplicação de penalidades é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, garantida nos prazos de 05 (cinco) dias úteis para as sanções previstas nos incisos I, II e III do item 17.2 supra e 10 (dez) dias corridos para a sanção prevista no inciso IV do mesmo item.

10.4- O valor da multa aplicada deverá ser recolhido ao Tesouro Municipal no prazo de 05 (cinco) dias a contar da notificação ou decisão do recurso. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente ou inscrito como Dívida Ativa do Município e cobrado mediante processo de execução fiscal, com os encargos correspondentes.

10.5- As sanções previstas nos incisos III e IV do item 17.2 supra, poderão ser aplicadas às empresas que, em razão do contrato objeto desta licitação:

- I – praticarem atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;



II – demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração Pública, em virtude de atos ilícitos praticados;

III – sofrerem condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos.

10.6- As sanções previstas nos **incisos I, III e IV do item 17.2** supra poderão ser aplicadas juntamente com a do **inciso II** do mesmo item, facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

10.7- A licitante adjudicatária que se recusar, injustificadamente, em firmar o Contrato dentro do prazo de 2 (dois) dias úteis a contar da notificação que lhe será encaminhada, estará sujeita à multa de **5,00%** (cinco por cento) do valor total adjudicado, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis, por caracterizar descumprimento total da obrigação assumida.

10.8- As sanções previstas no **item 17.7** supra não se aplicam às demais licitantes que, apesar de não vencedoras, venham a ser convocadas para celebrarem o Termo de Contrato, de acordo com este edital, e no prazo de 48 (quarenta e oito) horas comunicarem seu desinteresse.

11.0 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA PUBLICAÇÃO

11.1 - Dentro do prazo legal, contado de sua assinatura, o CONTRATANTE providenciará a publicação de resumo deste Contrato na Imprensa Oficial.

12.0 – CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

12.1 - O foro da Comarca de Itarema, Estado de Ceará, é o competente para dirimir eventuais pendências acerca deste contrato, na forma da lei nacional de licitações, art. 55, § 2º.

13.0 – CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1 – Este contrato se sujeita ainda às Leis Municipais inerentes ao assunto.

E por estarem devidamente acordados, declaram as partes contratantes aceitarem as disposições estabelecidas nas cláusulas deste instrumento, pelo que passam a assinar, na presença das testemunhas abaixo relacionadas, em três vias de mesmo teor e igual valor.

_____, xx de xxxx de 2019.

CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome: _____

CPF: _____

Nome: _____

CPF: _____